



A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO UMA ANÁLISE TEÓRICA

MAURICIO, Marjorie

Estudante de mestrado do Programa de Memória Social-UNIRIO

mmarjorie@ymail.com

ABREU, Regina (Orientadora)

Professora Dra. do Programa de Pós Graduação em Memória Social - UNIRIO

400

RESUMO

O turismo necessita se apropriar da cultura de uma localidade para poder transformá-la em destino turístico. Nesse processo é possível haver certa deturpação de elementos culturais locais para construir uma narrativa, turística, e assim divulgar a cidade. O patrimônio, entretanto, não necessita do turismo; sua existência está vinculada a questões de valorização e legitimação dos elementos nele representados. Essa dualidade torna complexos estudos na área, sendo comuns análises parciais sobre a questão, considerando apropriações negativas ou positivas, havendo pouca ponderação sobre ambas as possibilidades, em conjunto. Propomos aqui então apresentar uma revisão da literatura, contrastando pontos de vista encontrados na literatura, mostrando questões sobre o patrimônio na atualidade, o turismo cultural e exemplos de como vemos essa relação se apresenta na prática.

Palavras-chave: Turismo cultural. Patrimônio. Relação Potencializadora.

ABSTRACT

Tourism needs to use the culture of a location in order to transform it in a touristic destination. In this process, it's possible to be a certain misrepresentation of local cultural elements to construct a, touristic, narrative, and advertise the city. Heritage, however, doesn't need tourism; its existence is attached to matters of valorization and legitimating of elements represented in it. This duality turns studies in these fields complex, being common biased analyses about the issue, considering touristic use negative or positive, with no weighting of both possibilities, together. We propose here present a review of literature, contrasting points of view found in the literature, showing issues about heritage nowadays, cultural tourism and examples of how this relationship can be found in reality.

Key-words: Cultural Tourism. Heritage. Potentiating relationship.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Turismo e patrimônio são campos difíceis de separar. É complexo fazer um estudo de um determinado patrimônio sem levar em consideração o interesse turístico que ele pode vir a ter. Urry (2001) cometa que o turista vai buscar elementos considerados representativos de uma localidade, sendo, normalmente, aqueles elementos culturais já consagrados como patrimônio (por serem mais conhecidos e divulgados, tanto nível nacional quanto internacional). Entretanto, muito se pensa no campo do turismo sobre gestão de destinos e pouco sobre gestão do patrimônio, levando em consideração que é preciso preservá-lo e o quanto o turismo pode ser uma ferramenta importantíssima no ensino da população sobre o patrimônio de sua cidade.

Além disso, muito se discute em ambas as áreas sobre o quanto o turismo pode ser prejudicial aos bens culturais, tombados ou não, mas ainda não é comum discutir as novas maneiras de se fazer turismo, menos prejudiciais ao patrimônio. Existem iniciativas e propostas para um turismo mais sustentável, menos predatório, no entanto, ainda não tem grande representatividade quando comparadas as formas tradicionais da atividade turística e, a forma mais comum, principalmente quando o turismo começou a se desenvolver como o fenômeno que conhecemos na atualidade, o turismo de massa.

Propomos então analisar aqui a relação entre patrimônio e turismo, ponderando os dois lados da moeda. Para tal análise será revisada a literatura específica sobre o assunto e, nesse processo, apresentar e discutir possibilidades de uso turístico do patrimônio menos prejudiciais.

ANALISANDO O PATRIMÔNIO NA ATUALIDADE

Prats e Santana (2005) entendem, de maneira bastante abrangente, o patrimônio como um conjunto de relíquias legitimadas por pertencer a uma externalidade cultural e representar algum aspecto dela, podendo se configurar devido a sua excepcionalidade ou por estar conectado a eventos importantes no passado de um grupo. Tal definição levanta algumas questões no que se refere à legitimação, por ser um processo complexo e, além disso, quando feita por um grupo social não é necessariamente feita por instituições, gerando mais um debate sobre qual processo legitimador seria mais importante, o social ou o institucional.

Existem duas maneiras oficializadas de patrimonializar um bem cultural, através do tombamento, no caso do patrimônio material e o registro, para o patrimônio imaterial. Cada um



deles possui características específicas e são os instrumentos desenvolvidos por órgãos oficiais do patrimônio de preservar um bem cultural que é considerado de valor excepcional. No entanto, antes de receber esse aval é possível que haja o reconhecimento social de determinado bem como digno de preservação e assim, patrimônio. No caso, a simples valoração e o desenvolvimento de ações que garantam a preservação desse bem, mesmo sem ajuda do Estado, já legitimariam, para a população, esse bem como patrimônio e, portanto, as duas possibilidades de legitimação não são excludentes nem concomitantes.

Talvez os principais problemas encontrados na prática patrimonial sejam a conservação e manutenção desses bens legitimados, principalmente aqueles de forma institucional. Afirmamos isso, pois quando a população entende determinado bem cultural como patrimônio, ela se organiza para preservá-lo; por ela reconhecê-lo como parte da sua cultura ele é tratado como herança cultural, e os conhecimentos para cuidar desse bem, seja material ou imaterial, acabam se perpetuando de geração em geração (principalmente em comunidades menores). No entanto, quando a legitimação vem de cima para baixo, e o reconhecimento popular não está completamente configurado, se torna mais difícil de integrar esse patrimônio ao cotidiano da população, se fazendo necessária a implantação de políticas culturais que aproximem os dois. Isso é de fundamental importância pois é impossível o Estado cuidar de todos os bens patrimonializados sozinho; a população precisa reconhecer e legitimar o bem cultural, para auxiliar nas políticas de preservação, caso contrário, o bem patrimonializado está fadado ao abandono.

É recorrente também discutir qual é o papel do patrimônio na atualidade, principalmente se entendemos o período como Pós-Modernidade e tudo que isto representa, como fragmentação do sujeito e descentralização de identidade. É comum concluir perda de importância de heranças culturais em geral já que o sujeito pós-moderno costuma ter mais dificuldade em se definir.

O mundo pós-moderno é o resultado de uma série de eventos. Nora (1993), ao discutir sobre memória, apresenta o que levou a essa necessidade contemporânea de consagrar lugares de memória e comenta:

Pensemos nessa mutilação sem retorno que representou o fim dos camponeses, esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto da história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial. Esse desmoronamento central da nossa memória só é, no entanto, um exemplo. É o mundo inteiro que entrou na dança, pelo fenômeno bem conhecido da mundialização, da democratização, da massificação, da midiaticização. Na



periferia, a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro; que se trate da reação, do progresso ou mesmo da revolução. Ainda mais: é o modo do mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade. (Nora, 1993, p. 8).

O contexto apresentado por Pierre Nora pode ser interpretado como uma descrição da realidade pós-moderna – o autor não usa tal termo, mas comenta sobre o processo de aceleração da história, relacionado à pós-modernidade - onde o fluxo e a velocidade de informações cresceram consideravelmente em relação às décadas anteriores, com novos grupos sociais em evidência e novas nações surgindo. Essa realidade provocou algumas mudanças nos campos da memória e da história, fazendo com que algumas coisas fossem consideradas irrelevantes e, por isso, outras ganharam destaque e passaram a ser patrimonializadas para que não houvesse risco de perda desses elementos. Todos esses fatores vão culminar na descentralização da identidade do sujeito pós-moderno, que será explicada a seguir.

Inúmeros acontecimentos contribuíram no decorrer dos anos na formação do indivíduo pós-moderno, como alguns movimentos sociais, por exemplo. Se antes para ser considerado relevante e ter representatividade social, política e econômica e ser efetivamente considerado cidadão, era necessário ser do gênero masculino e caucasiano, na pós-modernidade outras possibilidades surgem. A identidade negra e a identidade feminina ganharam espaço e passaram a considerar outras formas de indivíduo, cidadão. Além disso, neste período há uma interação mais facilitada por tecnologias (como a internet) entre pessoas dos mais diversos locais do globo e dessa forma, entramos em contato com uma quantidade maior de culturas – comparado com períodos anteriores – o que faz com que as pessoas se identifiquem com elementos de outras culturas, agregando-os a sua própria identidade. Esses fatores tornam o indivíduo pós-moderno mais complexo que o moderno, tanto na análise acadêmica quanto na vida cotidiana, por haver inúmeras possibilidades de identidades (que já existiam, mas não eram consideradas válidas ou dignas de atenção anteriormente).

Essa descentralização da identidade do indivíduo é segundo Hall (2011), uma das características mais marcantes desse período. Se na Modernidade poderíamos considerar que



havia um centro de identidade de cada pessoa ou grupo social, algo que o norteava e o definia, na concepção do autor, o mesmo não pode ser dito do sujeito pós-moderno. Neste contexto, o indivíduo tem mais facilidade de se definir pela alteridade do que por similaridade. É mais simples pro sujeito pós-moderno dizer aquilo que ele não é, apontar o que não o representa e dizer que não se identifica com determinado elemento, do que afirmar quem é e definir assim elementos que o identifica e representa. Não chega a ser uma crise de identidade, já que ele consegue se definir, parcialmente, através dessa negação a elementos identitários e, além disso, facetas de sua identidade afloram de acordo com o contexto, ou seja, o indivíduo passou a ter uma identidade mais complexa e multifacetada. Osujeito pós-moderno pode não saber se definir por inteiro, mas sabe o suficiente para conseguir se posicionar sócio e politicamente.

Analisemos agora com o caso “o marinheiro perdido” apresentado por Oliver Sachs (1997). Sachs discorre sobre um paciente, Jimmie G. que possui graves problemas de memória, sendo incapaz de reter novas informações, além de ter perdido a lembrança de cerca de trinta anos de sua vida. Jimmie aos 49 anos acreditava ter ainda 19, estar no ano de 1945, quando ele servia na Marinha Americana. Sachs questionava o que poderia ser deste homem praticamente sem memória e com pouca noção de si; o médico considera que alguém sem memória, nada era. Até o momento que Sachs observa seu paciente na capela do hospital, participando das missas e cuidando do jardim, quando ele percebe que nesse momento, Jimmie G. se encontrava.

Claramente, Jimmie encontrava a si mesmo, encontrava continuidade e realidade na natureza absoluta da atenção e ato espiritual. As irmãs tinham razão — ele de fato encontrava sua alma ali. E Luria também estava certo; suas palavras voltaram-me à mente: “Um homem não consiste apenas em memória. Ele tem sentimento, vontade, sensibilidade, existência moral. É ali [...] que você poderá atingi-lo e observar uma profunda mudança”. A memória, a atividade mental, a mente isoladamente não podia retê-lo; mas a atenção e ação moral eram capazes de absorvê-lo por completo. (Sachs, 1997, p. 53-54).

A falta de passado de Jimmie deixava sua identidade completamente fragmentada. Por mais que ele acreditasse que tinha apenas 19 anos, e isso parecer ser um centro para sua identidade, ele sentia haver algo errado, não se sentia doente, mas não se sentia feliz ou tinha prazer em viver, sem chegar a ser efetivamente deprimido. Ele sentia dificuldade de dizer quem era de fato, se o obrigasse a definir-se, ele diria que era um marinheiro de 19 anos, mas ele percebia que não era exatamente assim, sabia que algo não parecia certo, mesmo sem se olhar no espelho (nesse caso ele ficava completamente perdido, pois era incapaz de reconhecer que aquela imagem como a sua).



Por mais que os motivos que levaram a enfermidade de Jimmie sejam específicos, o resultado, fragmentação de sua memória e, conseqüentemente, sua identidade, pode ser comparado à realidade do indivíduo pós-moderno. Afirmamos isso por haver essa dificuldade na pós-modernidade de definir-se, sendo complicado dizer com o que você se identifica ou o que te representa, por haver essa complexidade de se entender quem de fato você é. Mas, assim como Jimmie G. o sujeito pós-moderno consegue se encontrar em determinados contextos porque não importa quão fragmentada sua identidade é, ela existe. E é aí que cultura e o patrimônio se tornam necessários.

Assim como no caso do marinheiro perdido, que se encontrava nos rituais religiosos e cuidando do jardim, o indivíduo pós-moderno eventualmente toma noção de si ao entrar em contato com determinados bens culturais, como se sua memória fosse ativada. Sua identidade descentralizada é capaz de identificar-se com diversos elementos e por isso, acreditamos ainda fazer sentido patrimonializar determinados bens culturais. Le Goff (2003, p. 469) declara “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”, considerando que a sociedade atual provoca uma angústia que dificulta a construção de identidade e por isso a memória - e o patrimônio - tem suma importância (ou seja, ele está de acordo com os outros autores citados sobre o momento da pós-modernidade, apesar de não usar este termo explicitamente).

Como apresentamos, há um consenso sobre a importância do patrimônio para o indivíduo, de todas as épocas. A pós-modernidade, entretanto é contraditória por conduzir a uma amnésia coletiva ao mesmo tempo em que faz com que as pessoas se apeguem ao passado, Huyssen comenta,

(...) o fascínio pelo passado é mais do que um simples efeito colateral compensatório ou fraudulento de uma nova temporalidade pós-moderna que paira sobre a necessidade de memória e o ritmo acelerado do esquecimento. Talvez ele deva ser levado a sério como um modo de diminuir um pouco a velocidade da modernização, como uma tentativa, embora frágil e cheia de contradições, de atirar salva-vidas ao passado e contrabalançar a notória tendência de nossa cultura à amnésia, sob o signo do lucro imediato e da política de curto prazo (Huyssen, 2000, p. 76).

Ou seja, existe a vontade de se apegar ao passado para diminuir o ritmo das mudanças, tentando se segurar aos vestígios que representam tanto o indivíduo quanto o grupo. O patrimônio é de suma importância para controlar a velocidade das mudanças, evitando que a



identidade (individual e do grupo) se perca. Segundo Huyssen (2000) “a partir da década de 1980 o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes” (p.9), o autor segue, afirmando “quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto” (p.32), ou seja, a realidade pós-moderna nos direciona rapidamente ao futuro incerto, e faz com que queiramos diminuir o ritmo, nos apegando há um passado que é mais sólido e, frequentemente, idealizado.

No entanto, existem passados que são “menos importantes” e que, portanto, não há necessidade de preservá-los da mesma maneira. Não é necessário para a identidade individual ou de grupo que tudo que venha do passado seja patrimonializado, “nós devemos fazer um esforço para distinguir passados usáveis dos passados dispensáveis. Precisamos de discriminação e rememoração produtiva (...) precisamos não nos permitir que o medo e o esquecimento nos dominem” (HUYSSSEN, 2000. p.37). Portanto, o principal desafio é discernir o que é um passado dispensável, porque inevitavelmente algum grupo vai considerar tal passado importante e, mesmo que não considere, sempre há possibilidade de no futuro lamentarmos o esquecimento desses passados “dispensáveis”.

Na realidade pós-moderna o mais importante provavelmente é a educação patrimonial, uma vez que a partir dela será possível definir melhor o que é dispensável e o que é usável e produtivo, como sugere Huyssen. Evoluiríamos nosso pensamento em relação ao patrimônio, cultivando o que consideramos mais relevante, e aquilo que é de certa forma dispensável, iria desaparecer aos poucos, naturalmente. Faz-se necessário que essa agonia da perda vivida pelos pós-modernos diminua, e que as mudanças aconteçam de forma mais natural, não provocando assim a necessidade de apego ao passado, como se ele fosse o salvador de uma pátria fadada à amnésia. O esquecimento e perda de identidade não aconteceriam se houvesse uma compreensão melhor sobre sua própria cultura e patrimônio, haveria apenas uma modificação das identidades sociais, por estar sempre em contato com outras culturas, e pode ser positivo, principalmente se tivermos uma noção melhor de nós mesmos, pois, dessa forma, não nos perderíamos neste grande fluxo de informações característico da pós-modernidade. Como Nora (1993) comenta, só existem lugares de memória porque não há meios de memória, então, se conseguíssemos restaurar nossos meios de memória, possível através da educação patrimonial, essa vontade de patrimonializar diminuiria.



O FENÔMENO TURÍSTICO – TURISMO CULTURAL

Começamos apresentando o que se entende por turismo. O Ministério do Turismo (MTur), seguindo as diretrizes estipuladas pela Organização Mundial de Turismo (OMT), considera turismo como atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outras (Ministério do Turismo, 2006). Segundo a OMT o turismo é um dos setores da economia que mais crescem no mundo, tendo movimentado internacionalmente em 2012 cerca de 1,3 trilhões de dólares, chegando a se igualar ou até mesmo ultrapassar atividades ligadas ao petróleo, indústria automobilística e alimentícia (OMT, 2014). As estatísticas do turismo impressionam; é um setor que consegue gerar muito capital e empregos principalmente por ter uma área de atuação global.

Por lidar com tantas pessoas, e ter um potencial tão grande, é uma atividade de profunda complexidade. São diversas as motivações que levam ao deslocamento, o que gera diferentes comportamentos e expectativas e assim, para facilitar o estudo, segmenta-se o turismo das mais diversas formas, havendo aquelas ligadas a demanda turística e a oferta turística. O MTur segmenta a demanda segundo critérios geográficos; demográficos e socioeconômicos; psicográficos; padrões de comportamento e, padrões de consumo. Cada uma dessas subdivisões ajuda a traçar o perfil da demanda, o que ajuda no planejamento de ações de marketing, construção do produto turístico e outras atividades ligadas a gestão dos destinos (Ministério do Turismo, 2010).

Já a oferta é segmentada pensando na motivação do deslocamento. No Brasil, o turismo é segmentado em social; ecoturismo; cultural; estudos e intercâmbio; esportes; pesca; náutico; aventura; sol e praia; negócios e eventos; rural; saúde, podendo ainda haver subdivisões dentro desses segmentos. Trataremos aqui especificamente do turismo cultural, uma das formas mais antigas de se fazer turismo e também a que mais cresce (RICHARDS, 2009).

Chegamos então à definição “turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (Ministério do Turismo, 2010). É apresentada a noção de vivência para caracterizar o segmento, inferindo que uma visita rápida e superficial não configuraria efetivamente em turismo cultural.



Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita. (Ministério do Turismo, 2010)

A vivência pode ser considerada como um elemento diferenciador do turismo cultural para o turismo de massa. O último costuma decorrer sem se reter nenhuma informação, são visitas mais superficiais, onde o interesse maior do turista costuma ser mais o status de estar visitando tal lugar do que conhecê-lo efetivamente; no primeiro, apesar de haver a questão do status, esse não é o que mais importa para o turista, que deseja, na verdade, conhecer outra cultura e aprender o máximo possível sobre ela. Por mais que quaisquer viagens para fins turísticos possam ser consideradas experiências culturais, por haver algum contato com elementos da cultura local, essa vivência, esse desejo de conhecer o outro, que irá configurar de fato o turismo cultural.

Como foi dito anteriormente, cada segmento pode ter subdivisões, como é o caso do turismo cultural. O MTur o divide em turismo religioso, místico e esotérico, étnico, cinematográfico, arqueológico, gastronômico, ferroviário, enoturismo e, turismo cívico. Essas subdivisões adotadas pelo Ministério não correspondem necessariamente ao que encontramos na literatura específica, onde, em alguns casos nem é apresentado esse tipo de subdivisão, já que muitas vezes o turista cultural realiza atividades que durante sua estada que se relacionam a mais de uma dessas categorias.

Costa (2009) vai além da definição proposta pelo MTur, defendendo que

o turismo cultural pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta de bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo auxiliará a produção de novos conhecimentos e conservação dos bens visitados. (COSTA, Flávia Roberta, 2009, p. 190)

Ela inclui na definição elementos que são relacionados ao objetivo do turismo cultural, produção de conhecimento e conservação do patrimônio cultural, além de reforçar a questão da vivência e da experimentação. O turista cultural, em sua concepção, não é um visitante passivo,



ouvindo uma explicação de um mediador de exposição e se dando por satisfeito, por exemplo, é aquele que interroga, questiona, busca entender contextos, conversa com a população local enfim, que tem um perfil mais ativo e crítico no que se refere à busca de informações.

Podemos contrastar esse conceito, com a visão apresentada por Prats e Santana (2005) de que “o turismo cultural é turismo patrimonial, e o patrimônio não é a cultura” (p. 16), fazendo uma crítica de como o dito turismo cultural acontece na prática. Esses autores entendem que as visitas sempre se dão de forma superficial e que se concentram apenas em visitas a bens culturais patrimonializados, que representam parte da cultura, mas não são a cultura como um todo.

Se pensarmos no turismo cultural ideal, o que Prats e Santana colocam não estaria relacionado a esse segmento, mas ao turismo de massa, que de fato se concentra em determinados elementos da cultura, havendo pouca ou nenhuma vivência e troca cultural. No entanto, na prática, para o grande público, qualquer visita a um museu é considerado turismo cultural, então é se faz necessário contrastar sempre a teoria, o ideal, com a prática, já que a primeira muitas vezes se perde quando sai do campo das ideias.

Passemos agora a exemplos de atividades relacionadas ao turismo cultural, pensando nessa dualidade entre superficialidade e vivência, para observar o ponto de vista apresentado pelos autores na prática. Uma situação comum de superficialidade no turismo cultural é encontrada em museus e centros culturais. É recorrente visitas sem mediação, o que prejudica consideravelmente a qualidade da experiência, já que algumas as obras não são de fácil compreensão, mesmo para aqueles com maior instrução em relação à história da arte.

Podemos citar o Museu de Arte Contemporânea (MAC), considerado o principal atrativo da cidade de Niterói, um símbolo urbano, estando presente em todo o material promocional da cidade e sendo o principal motivo de deslocamento de turistas para a localidade. No entanto, frequentadores do MAC correm o risco de ter uma visita onde pouco se agrega, já que não existem visitas guiadas, com arte-educadores, para público espontâneo, apenas com marcação prévia, se concentrando majoritariamente na exposição de longa duração (com o acervo do museu, onde costumeiramente é apresentado um panorama histórico da arte contemporânea no Brasil). Para os visitantes que não agendaram a visita guiada, a única opção que tem é perguntar aos poucos monitores que podem ser encontrados pelas galerias ou para os seguranças. As principais indagações feitas pelos visitantes eram “o que quer dizer essa obra?”, “o que o artista quis dizer?” e até mesmo “por que isso está em um museu?”, todas essas



perguntas podem ser entendidas como sintomas da falta de informação disponível no museu, sendo que a situação fica ainda mais acentuada por ser um museu de arte contemporânea, que já é de difícil compreensão, mesmo com a mediação. É um tipo de expressão artística onde é difícil perceber o valor do que está sendo apresentado com facilidade, sendo comum ouvir pelas galerias os visitantes comentando “isso eu faço sozinho” ou “meu filho de quatro anos faz coisa mais bonita”, e são obras que costumam ter forte apelo político social, sendo muitas vezes críticas ao contexto nacional da época (ou ao próprio meio artístico). Muitas vezes o visitante não faz nenhuma pergunta, e as informações que eles podem encontrar sozinhos são limitadas, saindo depois de cerca de vinte minutos, sem ter absorvido (quase) nenhuma informação, quando tem um mundo de informações por trás das obras.

Uma visita ao MAC, Niterói, e provavelmente outras instituições culturais, se enquadraria na crítica de Prats e Santana, por ser superficial e só acontece pelo fato do prédio do museu estar instalado ser considerado um bem arquitetônico, principalmente por ser uma obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Existem aquelas pessoas que preferem não visitar o museu, ficando apenas no pátio, tirando foto da construção, sem conhecer sua história ou sua importância para a cidade de Niterói. O museu, conhecido popularmente como disco voador, é inspirado nas formas de uma vitória régia, e foi construído com o objetivo de elevar a moral da cidade, que havia perdido há pouco tempo sua posição como capital, quando os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara foram unificados, e a capital se tornou a cidade do Rio de Janeiro (outro motivo foi o empréstimo, por João Sattamini, de sua vasta coleção de arte contemporânea para a cidade). Niterói voltou a ser comentada por ter uma obra de Oscar Niemeyer, e rapidamente o MAC se tornou um símbolo da cidade. A partir da construção do MAC, Niterói passou a se colocar como uma cidade de vanguarda e veio a se tornar a segunda cidade com maior número de obras do arquiteto, perdendo apenas para Brasília. No entanto, nenhuma dessas informações é facilmente obtida no museu, apenas se o visitante tiver a curiosidade de indagar algum funcionário sobre o assunto, não havendo nenhum programa que aproxime o MAC e suas obras à população local ou turistas.

Como contraponto, temos o Projeto Bagagem, que visa promover viagens onde o contato com a população local e a troca cultural. É uma ONG desenvolvedora de turismo comunitário, que em muito se assemelha ao turismo cultural, a diferença é que o turismo comunitário é mais modesto no que se refere à viagem e acomodações, mas em nada perde em qualidade. Na verdade, por promover grande interação entre visitantes e moradores, pode muito



vezes ser considerado de qualidade superior, por ser mais difícil ser superficial. Voltando a ONG, são poucos os roteiros ofertados no momento, entretanto como pode ser encontrado no portal do Projeto Bagagem, tem pelo menos um roteiro por região do país e existe a possibilidade de viagens customizadas. Outra questão digna de nota é que os roteiros são realizados com grupos pequenos, de cerca de dez pessoas, o que por si só melhora a experiência do turista e minimiza impactos negativos na comunidade receptora.

O Projeto Bagagem é citado por Costa (2009) como um exemplo de turismo cultural de qualidade. Ressaltamos que é difícil utilizar esse tipo de proposta em determinados destinos, principalmente cidades maiores, reconhecidas a nível nacional e internacional, pois a procura passa a ser muito grande e se torna mais complexo desenvolver roteiros com alta interação com a comunidade. Nesse caso, consideramos de vital importância que cada instituição cultural tenha algum programa diferenciado para mediação de visitas e trocas de experiências com artistas, curadores e população local, e que o divulgue amplamente, já que a complexidade de um roteiro integrado aumenta consideravelmente nesses casos.

PATRIMÔNIO E TURISMO – RELAÇÃO POTENCIALIZADORA?

É impossível pensar em patrimônio, sem levar em consideração o fenômeno turístico. Eles estão tão interligados que, na prática, é difícil, talvez impossível, um se apresentar sem o outro. O turismo precisa do patrimônio para existir, seja o cultural ou o ambiental, pois ele é um dos principais motivadores para o deslocamento. Além disso, não é uma tarefa simples encontrar um bem cultural patrimonializado que não receba turistas, com público composto exclusivamente de cidadãos locais. Desta forma, é essencial ponderar os efeitos que essa interação tão próxima pode provocar, tanto para o turismo quanto para o patrimônio, a cultura e a comunidade receptora.

Pensemos inicialmente em uma localidade onde o planejamento turístico não foi muito detalhado, se aprofundando pouco em questões sociais, com foco maior na instalação rápida da atividade, para conseguir um retorno em curto prazo do investimento. Se nos debruçarmos na questão econômica, vemos várias vantagens para a localidade ao ter partes de sua cultura apropriada pelo turismo. De imediato, em qualquer localidade onde se pretende promover o desenvolvimento turístico, são feitos investimentos para preparar a cidade para receber



visitantes, fazendo com que se aumente o número de restaurantes, lojas, e outros empreendimentos, gerando mais emprego e opções de lazer. Pensando no social, costumeiramente os governantes tentam embelezar a cidade, revitalizando algumas áreas, o que melhora consideravelmente a estética da cidade. Temos também a colocação de placas de sinalização, criação de centro de informações, capazes de auxiliar turistas e moradores. Com a cidade transformada em destino turístico e recebendo visitantes, mais dinheiro é gasto na cidade, o que possibilita o desenvolvimento ainda maior e melhor do turismo e de outras áreas. Outra vantagem significativa para a localidade é a questão de segurança, pois costuma haver mais destacamentos policiais, além de seguranças particulares de restaurantes e hotéis, em áreas turísticas, deixando aqueles que moram nessas áreas com maior sensação de segurança. Portanto, sem levar em consideração as consequências para a cultura, meio ambiente, e determinadas questões sociais, vemos que o turismo, com planejamento beirando a mediocridade, ainda pode ser positivo para a comunidade receptora (pelo menos a curto e médio prazo).

O que acabamos de descrever é basicamente a política adotada pela maioria dos governos, incluindo o brasileiro, na segunda metade do século XX, quando o turismo teve seu maior crescimento e configurou sua faceta mais conhecida, e criticada, na atualidade, o turismo de massa. Com esse tipo de iniciativa, temos retorno de investimento, no entanto, é complicado de ser sustentado em longo prazo e pode provocar (ou agravar) problemas de segregação social, depredação do patrimônio, transporte, saneamento e segurança. Quando o turismo é introduzido em uma cidade que não está devidamente preparada para recebê-lo o resultado pode ser desastroso. Em cidades como Cabo Frio e Rio das Ostras, na Região dos Lagos (ou Costa do Sol) no estado do Rio de Janeiro, não é incomum faltar água ou luz em partes da cidade devido ao enorme fluxo de visitantes no verão, especialmente no Carnaval.

A crítica mais recorrente encontrada ao analisar a relação do turismo e o patrimônio é perda de identidade, descaracterização da localidade e a homogeneização da paisagem cultural. Na ânsia de desenvolver e promover uma cidade como destino turístico é comum que cidades sigam a risca exemplos bem sucedidos, sem adaptar a própria realidade, havendo pouca integração com a população local. Carlos (1996) comenta

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a



ilusão da evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação e a dos outros. (CARLOS, 1996, p. 26)

No Brasil o caso mais emblemático talvez seja a região do Pelourinho em Salvador (BA), completamente revitalizada para melhor atender as necessidades dos seus visitantes, mas provocou uma exclusão dos moradores da área, que foram obrigados a se retirar da região, por não poderem arcar com os novos custos ou por serem considerados incompatíveis com o novo Pelourinho (BARRETO, 2000). Argumenta-se que as manifestações culturais presentes no local pós-revitalização não são espontâneas e nem capazes de representar a memória e identidade locais, sendo apenas uma encenação para visitantes. É importante ressaltar que estética e turisticamente o Pelourinho funciona, entretanto turismo e beleza não podem ser as prioridades governamentais e sim, o bem-estar da população. Descaracterizar uma área, alienando sua população em prol do turismo é uma decisão equivocada, até porque um visitante mais atento nota quando o que ele está visitando é apenas um cenário, havendo pouca ou nenhuma autenticidade, o que faz com que ele perca o interesse e/ou não recomende o destino. Logo, nesse caso, até focando apenas na atividade turística, esse tipo de gestão não se sustenta por muito tempo, principalmente com o perfil de turista atual, mais interessado em experiências e trocas culturais do que aquele turista de massa comum nas décadas de 1970 e 1980, mesmo ainda havendo pessoas com o perfil mais tradicional e contemplativo, vulgo turista de massa, por assim dizer, já é possível perceber uma mudança de comportamento (PANOSSO NETO e GAETA, 2010).

Passemos então a considerar o fenômeno turístico em toda a sua complexidade, considerando um planejamento cuidadoso e detalhado que respeite as características sociais e culturais da localidade onde se insere, para assim podermos ver o lado efetivamente positivo do Turismo. Na seção anterior, ao discutirmos sobre Turismo Cultural, apresentamos alguns exemplos de iniciativas voltadas para o turismo cultural social, com o principal objetivo de promover trocas culturais entre visitantes e visitados. Apresentemos então, de forma mais abrangente, o que um turismo consciente pode representar para a comunidade receptora.

Yázigi (2005) afirma que o planejamento urbano de qualidade necessita ser plural e interdisciplinar. Uma cidade que agrega arquitetura, urbanismo, saúde pública, direito, engenharia, ciências humanas, economia e tantas outras áreas, provavelmente oferece melhor qualidade de vida aos seus cidadãos do que localidades onde o planejamento urbano é organizado por profissionais da mesma área. O planejamento turístico começa com um



planejamento urbano de qualidade: é muito mais complexo preparar a cidade para ser boa para turistas e visitantes no geral quando ela não o é para os seus moradores; em situações assim costuma ocorrer o que citamos anteriormente, afinal o turismo não é solucionador de problemas e precisa de uma infraestrutura urbana básica para funcionar. Para entender todo o potencial positivo do turismo, é necessário imaginar uma localidade possuidora de planejamento urbano eficaz.

A turismóloga uruguaia Margarida Barreto afirma que mesmo os críticos entendem o turismo como capaz de estimular “a existência e a reabilitação de centros históricos, construções e monumentos, por meio de sua transformação em recurso recreacional” e propicia “a revitalização de atividades tradicionais de áreas de declínio, a redescoberta de sítios com propriedades específicas e de cidades históricas, estimulando a transformação de antigas habitações em acomodações turísticas, mantendo a estrutura e as características tradicionais” (BARRETO, 2000, p. 32). A autora cita como exemplo sua cidade natal Colonia Del Sacramento para reforçar o argumento de que o turismo, especificamente o cultural (ela utiliza a terminologia “turismo baseado no legado cultural”), pode ajudar no engajamento da comunidade “no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação de fontes” (idem, p. 49). Barreto discorre sobre como um bairro de sua cidade, Sur, era interdito para as jovens uruguaias, por não ser considerado recomendável (antiga zona de prostituição), sendo o acesso só permitido para visitar o museu histórico que havia no local (no caso das jovens, as visitas segundo a autora eram feitas apenas com o acompanhamento de algum professor, mas estas não eram comuns, por ser no bairro Sur). Tal restrição só acabou em 1970 quando um arquiteto, que estudava a região do Sur desde a graduação, formou uma comissão honorária do patrimônio a qual, com o apoio do Ministério de Educação e Cultura, redescobriu a história e memória locais, o que acabou elevando a cidade a Patrimônio da Humanidade em 1996. A cidade, segundo descobertas, teve relevante papel em disputas por hegemonia entre Portugal e Espanha nos séculos XVII e XVIII, nas lutas pela independência, além de riquíssimo passado cultural provindo de cem anos de ocupação alternada de portugueses e espanhóis. Tal descoberta, aliada ao turismo que se instalou em seguida, fizeram os moradores de Colonia Del Sacramento sentir orgulho de morar na cidade, antes completamente desvalorizada.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nessa comunicação entender um pouco mais sobre o patrimônio na contemporaneidade e sua relação com o turismo, tendo em vista a complexidade de ambos. Como apresentamos, são campos difíceis de serem analisados separadamente, pois um deles precisa do outro para se desenvolver (no caso, o turismo depende do patrimônio – material e imaterial - para gerar interesse de visita). O patrimônio e a cultura não precisam do turismo, mas pode se beneficiar dele, pois quando há um bom planejamento, a atividade turística é um grande gerador de divisas, em curto, médio e longo prazo.

Turismo e Patrimônio têm o potencial de se ajudarem mutuamente e agregarem valor um ao outro. No entanto, isso vai depender das ações governamentais no momento de decidir como será feita a alocação de recursos e modificações na cidade. Se for feito um planejamento pensando na pluralidade de culturas e necessidades de uma localidade, analisando-a como todo, o turismo provavelmente trará inúmeros benefícios. Entretanto, se esse não for o caso, o turismo será um elemento potencializador de todos os problemas locais, piorando ainda mais as condições de vida da população.

REFERENCIAS

BARRETO, Margarida. *Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planejamento*. Campinas: Papirus, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Turismo e a Produção do Não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs). *Turismo: Espaço, paisagem e Cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p 25-37.

CASTRIOTA, Leonardo B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Revista Fórum Patrimônio: amb. Constr. E patr. Sust*, Belo Horizonte, v.1, n. 1, set/dez, 2007.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.



COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: Interpretação e Qualificação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória* 5ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LYRA, Cyro Correa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. *Revista Arte e Ensaios*. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA/ UFRJ, ano XIII, n. 13, 2006, p. 53-57. Disponível em <http://www.ppgav.eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2012/01/ae13_cyro_lyra.pdf> Acesso em 13 jan. 2014

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, Victor Hugo et alli. (Org.) *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. p. 33-76.

_____. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN, I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009, v.1. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>> Acesso em 10 jan. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.



PANOSSO NETO, Alexandre e GAETA, Cecília (Orgs.). *Turismo De Experiência*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

PRATS, Llorenç; SANTANA, Agustín. Reflexiones libérrimas sobre patrimonio, turismo y sus confusas relaciones. In: ____. *El encuentro del turismo com El patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación*. Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

RICHARDS, Greg. Turismo Cultural: padrões e implicações. In: CAMARGO, Patricia de; CRUZ, Gustavo da (Orgs.). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Edítus, 2009. p. 25 – 48.

SACHS, Oliver. *O Homem que Confundiu sua Mulher com um Chapéu*. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 2001.

Publicações online

CAMPOFIORITO, Ítalo. A história do início. Disponível em <http://www.macniteroi.com.br/?page_id=131> Acesso em 28 jan 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em 23 jan 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo e Mercado. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em 23 jan 2014.



BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo cultural; Orientações básicas. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso em 23 jan 2014.

UNWTO. Why Tourism? Disponível em <<http://www2.unwto.org/content/why-tourism>> Acesso em 23 jan 2014.